

## Relatório e Parecer - 2.º trimestre 2023

### 1. Introdução

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 334/2001, de 24 de dezembro, n.º 46/2002, de 2 de março, n.º 83/2015, de 21 de maio, n.º 24/2022, de 4 de março, e n.º 55/2022, de 17 de agosto, conjugado com o disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, vem o Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (APDL) emitir o seu Relatório sobre a execução orçamental da APDL referente ao 2.º trimestre de 2023, incluindo controlos efetuados e anomalias detetadas.

### 2. Considerações

O Conselho Fiscal é composto, de acordo com o disposto no artigo 15.º, n.º 2, dos Estatutos da APDL, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, na sua redação atual, por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente. Os membros do Conselho Fiscal da APDL foram eleitos em Assembleia Geral, de 13 de setembro de 2023, para o mandato correspondente ao triénio 2023-2025.

Este documento é emitido com base no Relatório de Gestão do Conselho de Administração relativo ao 2.º trimestre de 2023, que inclui o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, o Plano de Investimentos (execução acumulada) e os Indicadores de Atividade e Qualidade de Serviço, relativos ao mesmo período, bem como o Relatório de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC).

O presente Relatório tem ainda em conta os esclarecimentos prestados pelo ROC e pelos Serviços da APDL, bem como as atas do Conselho de Administração.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2023-2025 foi submetido em SIRIEF em novembro de 2022 e foi aprovado pelo Acionista na Assembleia Geral de 13 de setembro de 2023, circunscrito ao ano de 2023.

Este Plano foi elaborado num contexto em que era expectável a intensificação da recuperação económica mundial após um período marcado pela pandemia SARS-Cov2, que gerou fortes impactos na atividade da empresa em 2020 e 2021, sobretudo ao nível da redução da atividade em alguns segmentos de mercado, que geraram um forte impacto ao nível do volume de negócios, agravados pelo encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos, com a descontinuação do movimento de petróleo em bruto e conseqüente desmobilização do Terminal Oceânico de Leixões, que provocaram uma significativa quebra de movimento de graneis líquidos e a respetiva redução de receita da APDL.

A recuperação que se tem verificado contém um elevado grau de incerteza, em virtude da inflação associada às restrições nas cadeias de abastecimento e escassez de bens que se verificou desde o início da pandemia, situação agravada pelo arrastar da guerra na Ucrânia, que teve um forte impacto na APDL, nomeadamente através do aumento dos gastos de exploração, mas também ao nível do investimento, tendo-se verificado inclusive, em virtude do aumento do preço das

matérias-primas, pedidos de revisão de preços muito significativos por parte de alguns fornecedores de investimento.

No Relatório de Gestão relativo ao 2.º trimestre de 2023 foi efetuada a aferição da execução da atividade da APDL no período em análise, face ao previsto para 2023 no PAO 2023-2025 e face ao período homólogo de 2022, apresentando-se a devida fundamentação para os principais desvios verificados.

### 3. Cumprimento das Obrigações Legais

#### a) Plano de Redução de Gastos

1. Da análise do Plano de Redução de Gastos (PRG), cabe referir que, na sequência do Despacho n.º 1244/2019-SET e da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 27 de dezembro de 2019, foi autorizado que a APDL considerasse o **novo indicador** proposto pela empresa para analisar a evolução da sua **Eficiência Operacional**. Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais no volume de negócios, conforme previsto nas IEIPGs e no DLEO 2023, desconsiderando dos gastos operacionais alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:

- Gastos de dragagens: atendendo à volatilidade anual dos gastos com dragagens nos portos de Leixões e de Viana do Castelo, a empresa considera a média deste gasto para um período de 6 anos;

- Gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente comparticipados pelo Orçamento do Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários, de forma a evidenciar apenas os gastos líquidos dessas unidades de negócio, uma vez que as integrações destas unidades de negócio na APDL alteraram a realidade da empresa e tiveram um impacto económico-financeiro negativo;

- Gastos de exploração ocasionais, designadamente os relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, foram considerados ainda os efeitos previstos no Despacho n.º 252/2022-SET, ou seja, o expurgar dos gastos e das receitas associados à crise geopolítica internacional, nomeadamente no que refere à energia, tendo-se ainda expurgado os gastos e receitas decorrentes das novas áreas de negócio do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões e do serviço de reboque no Porto de Viana do Castelo.

2. Assim, constata-se que a APDL registou, no final segundo trimestre de 2023, uma evolução desfavorável de 1,9 p.p. no **rácio da Eficiência Operacional** face a igual período de 2022. Face ao previsto para o segundo trimestre de 2023 no PAO 2023-2025, o rácio apresentou um desvio favorável de 0,3 p.p..

3. No que concerne ao conjunto dos **encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento**, bem como os associados à **frota automóvel e consultoria**, a empresa apresentou uma variação positiva de 2% face ao registado no mesmo período de 2022 e um desvio de -53% em relação ao previsto no PAO 2023-2025, fixando-se nos 268.633 euros. O desvio face ao previsto é justificado principalmente pelos menores gastos com a consultoria.
4. Quanto aos **gastos com pessoal**, sem considerar os órgãos sociais, registaram um crescimento face ao mesmo período de 2022 (+13,9%), ficando, ainda, ligeiramente acima do previsto no orçamento (+0,7%). Este aumento face ao previsto e ao período homólogo está principalmente associado ao aumento do número de colaboradores, fruto da transferência da gestão do Terminal Ferroviário de Leixões para a APDL, e pelo aumento do número de horas extraordinárias trabalhadas.

#### **b) Endividamento**

A taxa de **variação do endividamento remunerado** foi calculada exclusivamente pela variação dos montantes do Financiamento Remunerado (expurgando o montante de novos investimentos), dado que não se verificaram quaisquer realizações de capital, pelo que foi de 0,52.

#### **c) Princípio da Unidade de Tesouraria**

No que respeita ao **Princípio da Unidade de Tesouraria**, a Agência de Gestão da Tesouraria e a Dívida Pública (IGCP), em 20.04.2022, deferiu o pedido, apresentado pela APDL, de dispensa parcial do Princípio da Unidade de Tesouraria nos anos de 2022 e 2023. Assim, em junho de 2023, os valores depositados no IGCP representavam cerca de 67,3% do total das disponibilidades e o remanescente encontrava-se depositado na banca comercial.

As disponibilidades ascendiam, no final de junho de 2023, a cerca de 15 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2022.

#### **d) Prazo Médio de Pagamentos**

O relatório de gestão do Conselho de Administração explicita o **prazo médio de pagamentos** a fornecedores no 2.º trimestre de 2023, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, situando-se nos 42 dias, superior em 12 dias face ao valor orçamentado e inferior em 4 dias face ao período homólogo.

#### **e) Aplicação das Normas da Contratação Pública**

O Conselho de Administração da APDL aprovou um “Guia de Procedimentos de Compra: Aquisição de Bens Móveis e Serviços e Empreitadas de Obras Públicas”, que descreve o fluxo de informação e formas de controlo interno desde o planeamento da contratação até à execução de cada contrato celebrado.

No acumulado até ao segundo trimestre de 2023 foram lançados os seguintes procedimentos:

- 2 Concursos Públicos;
- 32 Consultas prévias, todas lançadas no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos);
- 59 Ajustes Diretos, dos quais 5 foram lançados ao abrigo do regime geral e 54 foram lançadas no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos).

Considerando que a operacionalização entre a Plataforma Vortal e o Portal Basegov ainda não está a funcionar em pleno, foram apenas publicitados no Portal 5 procedimentos de ajuste direto.

#### 4. Atividade Desenvolvida e Análise de Execução Orçamental

Quanto à **atividade desenvolvida** no 2.º trimestre de 2023, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- Da atividade portuária da APDL, S.A., relativamente ao movimento de mercadorias no **Porto de Leixões** (7.414.411 toneladas), resultou, em termos acumulados no 2.º trimestre de 2023 uma variação negativa da carga de 1,5% em relação ao período homólogo do ano de 2022 e de 4,3% face ao valor orçamentado. Em relação à previsão, o movimento de carga contentorizada, carga ro-ro e granéis sólidos foram os responsáveis pela redução da atividade. Os restantes tipos de carga apresentaram desempenhos positivos face ao previsto. Na carga geral fracionada, o ferro e aço continuou a ser a mercadoria predominante, reforçando a sua importância para 93%. Na carga contentorizada efetivou-se uma redução generalizada em todas as mercadorias, tal como na carga ro-ro, mantendo-se como principais mercadorias movimentadas, as matérias plásticas, os produtos químicos, o ferro, aço e os automóveis. Por último, nos granéis sólidos evidenciou-se o decréscimo da estilha, açúcar e granito e nos granéis líquidos o maior movimento de produtos refinados. O comércio externo do Porto de Leixões registou um recuo face ao mesmo período de 2022, o que se deveu à quebra das exportações (-4,9%) e das importações (-4,5%), reduzindo, assim, o peso das exportações no comércio externo do Porto de Leixões para 37,3%. O movimento de contentores registou uma evolução negativa em número e em TEU face à previsão. Este desvio negativo relacionou-se principalmente com o tráfego de import/export (-2,9%), mas também com o tráfego de *transshipment* (-1,5%). O movimento de passageiros de cruzeiros registado neste período foi inferior à previsão (-6,9%), mas superior em 88,2% face ao período homólogo de 2022.
- O **Porto de Viana do Castelo**, no que refere a movimento de mercadorias, registou uma variação negativa de 14,2% relativamente ao período homólogo de 2022 e negativa de 31,8% face ao orçamentado. O movimento de navios no Porto de Viana do Castelo teve uma variação negativa de 5,4% quando comparado com o mesmo período homólogo de 2022 e positiva face ao estimado em cerca de 2,5%. A evolução da arqueação bruta foi negativa relativamente à previsão (-0,3%) e face ao período homólogo de 2022 (-17,2%). O GT médio por navio também apresentou desvios negativos, quer relativamente à previsão (-2,8%) quer em relação ao período homólogo do ano anterior (-12,5%).

- Na **Via Navegável do Douro** o movimento de mercadorias ficou abaixo da previsão (-60,1%), mas apresentou uma variação positiva face ao período homólogo do ano anterior de 3,4%. O movimento de passageiros de cruzeiros (entre albufeiras) apresentou um desvio negativo relativamente ao previsto (-17,1%), tendo sido mais elevado do que em 2022 (+19,5%).
- Quanto ao **Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões**, face ao previsto, os movimentos de contentores e de comboios de contentores ficaram abaixo em cerca de 30% e 28%, respetivamente.

Quanto aos **Recursos Humanos**, destaca-se o seguinte:

- No orçamento de 2023 está previsto o reforço dos quadros de pessoal. O número de efetivos da empresa, no final do 2.º trimestre de 2023, era de 285 trabalhadores (incluindo os órgãos sociais), representando um decréscimo de 28 face ao estimado, que resultou do facto de não ter sido integralmente aprovado o plano de novas contratações proposto e ainda não se terem concretizado as autorizadas.
- Quanto aos gastos de pessoal (sem considerar os órgãos sociais), é de assinalar um aumento face ao mesmo período de 2022 (13,9%) e ao previsto no orçamento (0,7%), motivado, designadamente, pelo aumento de horas extraordinárias trabalhadas (operações marítimas ao navio Greta), conforme já foi supra relatado.

No que se refere ao **Investimento**, destaca-se o seguinte:

- A realização acumulada de investimento a junho de 2023 foi de 21,06 milhões de euros, representando um grau de execução de 38,9% face ao orçamentado para o período entre janeiro e junho, e 31,9% do previsto para o ano. Do investimento realizado cerca de 20.919.229 euros respeitam ao porto de Leixões, representando um grau de execução de 40,33% face ao orçamentado para o 2.º trimestre, essencialmente em virtude dos atrasos nos projetos relativos ao investimento associado à melhoria das condições operacionais do terminal petrolífero, dos sistemas de ajuda à operação marítima, segurança portuária e Trem naval. Para porto de Viana do Castelo estava planeado um conjunto de intervenções no valor de 650 mil euros entre janeiro e março, nomeadamente a aquisição de um radar, cuja realização não ocorreu ainda por atrasos na entrega de equipamentos. A execução do orçamento total previsto para a Via Navegável do Douro entre janeiro e junho de 2023, estimado em cerca de 962 mil euros, traduziu-se numa taxa de execução de 9,98%, correspondendo a investimento executado na ordem dos 96 mil euros.

No que diz respeito aos **Resultados da APDL**, salienta-se o seguinte:

- A APDL apresentou no acumulado do segundo trimestre de 2023 um **resultado líquido positivo** de cerca de 5,4 milhões de euros, superior ao previsto em 2% e inferior ao do período homólogo do ano anterior (-2%).  
O **EBITDA**<sup>1</sup> da APDL ascendeu aos 13,57 milhões de euros, representando um aumento face ao mesmo período do ano anterior (4%) e face ao orçamentado (5%).

---

<sup>1</sup> EBITDA da APDL é calculado com base no EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões.

O **volume de negócios** da APDL atingiu, neste período, cerca de 33,3 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 14% face ao registado no período homólogo e uma variação negativa face ao orçamentado (-8%). O Porto de Leixões contribuiu com mais de 29,72 milhões de euros, o Porto de Viana do Castelo com cerca de 1,7 milhões de euros, a Via Navegável do Douro com cerca de 1,18 milhões de euros e a Ferrovia com cerca de 685 mil euros.

Quanto aos **gastos operacionais**, a APDL registou um aumento de 3,1 milhões de euros (29%), quando comparado com o período homólogo do ano anterior. Os gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas aumentaram 78 mil euros, representando um acréscimo de 9,3%. Por sua vez, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externo registou um aumento de 1,9 milhões de euros (29%) face ao período homólogo de 2022, ficando aquém do estimado (-33%).

- O **capital próprio** registou um aumento de 5,8 milhões de euros em 2023, justificado pelo resultado líquido (5,4 milhões de euros). Relativamente ao **passivo**, verifica-se uma redução face a 2022 na ordem dos 1,3 milhões de euros, resultado da redução de 4,6 milhões de euros do passivo não corrente e do aumento de 3,2 milhões de euros do passivo corrente. A variação dos valores reais com os valores previstos, no passivo, encontra principal justificação no adiamento do recebimento do financiamento bancário de 60 milhões de euros.

Relativamente aos principais **indicadores económicos** destacamos:

- O indicador de eficiência operacional, considerando os efeitos previstos Despacho n.º 398/2020 SET, apresentou uma deterioração relativamente ao período homólogo de 2022 (1,86 p.p.), em virtude de um maior peso dos gastos operacionais comparativamente aos meios gerados pela atividade da empresa.
- A nível de rentabilidades do ativo, do capital próprio e das vendas, apresentaram valores abaixo dos verificados no período homólogo do ano anterior, consequência de aumentos ao nível do total do ativo, do capital próprio e do volume de negócios, enquanto os resultados líquidos sofreram uma ligeira quebra.

Ao nível dos **indicadores financeiros** destacamos:

- A autonomia financeira fixou-se nos 69,8%, valor inferior ao do período homólogo de 2022, representando ainda um bom grau de autonomia. O índice de liquidez geral representa uma melhoria face ao período homólogo.
- O indicador Financiamentos obtidos sobre EBITDA tem como propósito medir a capacidade da APDL lidar com sua dívida financeira. A deterioração que este rácio apresenta no segundo trimestre de 2023 deve-se, sobretudo, ao aumento do valor registado em financiamentos obtidos (52,7 milhões de euros), ou seja, em termos relativos, o numerador, financiamentos obtidos aumentou mais do que o denominador (EBITDA).

## 5. Conclusão

Com base na análise efetuada sobre a Informação de Gestão e Demonstrações Financeiras de junho de 2023, elaboradas pela APDL, complementada com o Relatório de Acompanhamento da BDO, Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal entende que, a mesma, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em apreço.



Em suma, face ao período homólogo do ano anterior, verificou-se uma ligeira diminuição do resultado líquido, salientando-se um aumento do volume de negócios e um acréscimo dos gastos operacionais. Ao nível financeiro, a APDL apresentava uma autonomia financeira de 69,8% e uma solvabilidade de 2,31, o que significa que, apesar de se ter verificado uma deterioração nestes indicadores, a APDL continua a evidenciar uma boa capacidade para solver os seus compromissos e efetuar uma gestão adequada dos recursos disponíveis.

Em 13 de dezembro de 2023.

O Conselho Fiscal,

Presidente

Vogal

Vogal

Ana Alexandra Freitas

Daniel Moreira Lopes

Rita Góis de Carvalho